

## Infraestrutura Brasil Holding V S.A. e Controladas

CNPJ nº 34.984.976/0001-68

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,** A Administração da Infraestrutura Brasil Holding V S.A. ("Companhia" ou "IBHV") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **A Companhia:** A IBHV é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento o Complexo Eólico Ventos de São Vitor, composto por 14 usinas eólicas, totalizando aproximadamente 480 MW de potência instalada, distribuída em 75 aerogeradores. A Companhia controla 7 usinas eólicas que integram o Complexo. O parque eólico iniciou a operação comercial em sua totalidade em agosto de 2024. O

empreendimento está localizado nos municípios de Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentio do Ouro, todos no estado da Bahia. **Governança corporativa:** A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas. **Responsabilidade ambiental e social:** A IBHV trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia. **Recursos humanos:** O capital humano é extremamente relevante para a IBHV, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com

larga experiência no setor de energia. A adoção de regras consonantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. **Agradecimentos:** A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025. **A Administração.**

### Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	BALANÇOS PATRIMONIAIS				Ativos	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	5	25	104	57.111	36.892	13	8	29.477	109.018	
Contas a receber	7	-	-	14.129	11.084	14	-	25.695	29.431	
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	-	1.557	1.013	15	-	1.756	-	
Dividendos a receber		45	50	-	-	16	-	2.548	3.688	
IRPJ e CSLL a recuperar		667	-	679	-	17	-	5.707	1.378	
Tributos a recuperar	4	609	16	624	-					
Despesas antecipadas		-	-	117	3.328					
Estoques		-	-	21	-					
Outras contas a receber	9	-	-	8.844	39					
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>741</b>	<b>763</b>	<b>82.474</b>	<b>52.980</b>		<b>8</b>	<b>65.183</b>	<b>143.515</b>	
<b>Não circulante</b>										
<b>Realizável a longo prazo</b>										
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	42.947	54.302					
Tributos a recuperar		-	-	15	-					
Despesas antecipadas		-	-	6	-					
Investimentos	10	509.874	567.385	-	-					
Imobilizado	11	-	-	1.156.760	1.240.315					
Intangível	12	-	-	45.283	46.952					
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>509.874</b>	<b>567.385</b>	<b>1.245.011</b>	<b>1.341.569</b>					
<b>Total do ativo</b>		<b>510.615</b>	<b>568.148</b>	<b>1.327.485</b>	<b>1.394.549</b>					
<b>Passivos</b>										
<b>Circulante</b>										
Fornecedores	13	-	-	-	-					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	-					
IRPJ e CSLL	15	-	-	-	-					
Tributos e obrigações trabalhistas	16	-	-	-	-					
Encargos regulatórios	17	-	-	-	-					
<b>Total do passivo circulante</b>							<b>8</b>	<b>65.183</b>	<b>143.515</b>	
<b>Não circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	683.493	675.334					
Provisão para processos judiciais	18	-	-	556	-					
Provisão para desmobilização de ativos	19	-	-	9.377	7.560					
IRPJ e CSLL diferidos	15	-	-	4.250	-					
Fornecedores	13	-	-	54.011	-					
<b>Total do passivo não circulante</b>								<b>751.687</b>	<b>682.894</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>										
Capital social	20	634.210	632.510	634.210	632.510					
Prejuízos acumulados		(123.595)	(64.370)	(123.595)	(64.370)					
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>510.615</b>	<b>568.140</b>	<b>510.615</b>	<b>568.140</b>					

Saldo em 01 de janeiro de 2024	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes
Aumento de capital	54.792	21.458	(2.268)	(109)
Integralização de capital	59.458	(21.458)	-	-
Outros resultados abrangentes	25.131	-	-	109
Prejuízo do exercício	-	-	(62.102)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>632.510</b>	<b>(64.370)</b>	<b>-</b>	<b>568.140</b>
Integralização de capital	1.700	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(59.225)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>634.210</b>	<b>(123.595)</b>	<b>-</b>	<b>510.615</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

**1. Informações gerais:** **1.1 Contexto operacional:** A Infraestrutura Brasil Holding V S.A. ("Companhia" ou "IBHV"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de setembro de 2019, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98 - 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e é controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. ("IBHV IV") e, tem como controlador final, a Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria"). A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. **1.2 Relação de entidades controladas:** A Companhia possui como investidas as Sociedades de Propósitos Específicos ("SPEs") abaixo que fazem parte do Complexo São Vitor, estão localizadas em Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentio do Ouro, estado da Bahia, e possuem o propósito específico de geração de energia eólica.

Empresa	Participação		Atividade principal	Controle
	31/12/25	31/12/24		
Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 01" ou "VT01")	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 03" ou "VT03")	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 07" ou "VT07")	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 11" ou "VT11")	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 12" ou "VT12")	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 13" ou "VT13")	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 14" ou "VT14")	100%	100%	Geração de energia	Direto

As Controladas possuem as seguintes características:

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Garantia Física - MWh	Início da vigência	Fim da vigência
VT 01	Ventos de São Vitor 01	BA	32	15,1	03/11/2020	02/11/2055
VT 03	Ventos de São Vitor 03	BA	32	14,6	03/11/2020	02/11/2055
VT 07	Ventos de São Vitor 07	BA	44,8	22,2	03/11/2020	02/11/2055
VT 11	Ventos de São Vitor 11	BA	32	14,8	03/11/2020	02/11/2055
VT 12	Ventos de São Vitor 12	BA	32	15,7	03/11/2020	02/11/2055
VT 13	Ventos de São Vitor 13	BA	32	15,5	03/11/2020	02/11/2055
VT 14	Ventos de São Vitor 14	BA	38,4	17,8	03/11/2020	02/11/2055
<b>Total</b>			<b>243,2</b>	<b>115,7</b>		

A Companhia juntamente com suas controladas, é referida como "Grupo" ao longo das demonstrações financeiras. **1.3 Contratos de energia:** O Complexo Eólico Ventos de São Vitor é composto por 14 usinas eólicas, totalizando aproximadamente 480 MW de potência instalada. A Companhia controla 7 usinas eólicas que integram o Complexo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2. Em 2019, o complexo comercializou cerca de 70% de sua energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEAL) firmados com a CEMIG Geração e Transmissão ("CEMIG"). Os contratos celebrados são de longo prazo, até dezembro de 2041, sendo que as condições comerciais permanecem confidenciais, em conformidade com as práticas de mercado e com as cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes. No que se refere à estrutura de financiamento de longo prazo, parte do Complexo Eólico Ventos de São Vitor conta com financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, enquanto outra parcela é financiada pelo Banco do Nordeste - BNB, refletindo uma estrutura de capital diversificada e alinhada às características do projeto. **1.4 Situação financeira:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo no montante de R\$741 na Controladora e R\$17.291 no Consolidado (positivo em R\$755 na Controladora e negativo em R\$90.535 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Total do ativo circulante	741	763	82.474	52.980
Total do passivo circulante	-	-	65.183	143.515
<b>Capital circulante líquido</b>	<b>741</b>	<b>763</b>	<b>17.291</b>	<b>(90.535)</b>

O Grupo registrou prejuízos nos últimos exercícios, refletindo principalmente sua estrutura de capital, o perfil econômico-financeiro típico dos primeiros anos de operação dos empreendimentos e os efeitos recentes de eventos de *curtailment*, os quais reduziram o resultado dos exercícios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$123.595. As controladas possuem contratos de venda de energia de longo prazo, que proporcionam previsibilidade de receitas ao longo da vigência contratual, ainda que sujeitos a eventuais restrições operacionais do sistema elétrico. A Administração monitora continuamente a posição de liquidez e o desempenho

operacional do Grupo, avaliando a necessidade de adequações em sua estrutura de capital. No curso normal dos negócios, e considerando o estágio atual dos empreendimentos, a Companhia poderá contar, quando necessário, com suporte financeiro de seus acionistas, por meio de aportes de capital, os quais estão alinhados ao planejamento financeiro do grupo econômico. Com base na avaliação realizada, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de manter a continuidade normal de suas operações, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional. **1.5 Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro:** O CPC 23 estabelece que podem ocorrer ajustes ou erros no registro, mensuração, apresentação ou divulgação das demonstrações contábeis e que erros materiais de exercícios anteriores devem ser corrigidos retrospectivamente, inclusive por reapresentação dos valores comparativos do período afetado. O Grupo revisa continuamente a apresentação e a divulgação de suas demonstrações para mantê-las adequadas e alinhadas às normas vigentes. **1.5.1 Reclassificação de cifras comparativas:** Para assegurar a comparabilidade, foram realizadas reclassificações dos valores relativos à amortização da mais valia (vide nota explicativa nº 10) nas Demonstrações do Resultado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sem efeito no resultado do Grupo. Os efeitos dessas reclassificações são demonstrados a seguir:

	Controladora			
	31/12/24	Reclassificação	31/12/24	Reclassificação
Receita líquida de vendas	21	-	-	-
Custo de venda de energia elétrica	22	-	-	-
<b>Resultado bruto</b>				
Despesas gerais e administrativas	23	(1.153)	1.052	(101)
Resultado com participações societárias	10	(60.988)	(1.052)	(62.040)
<b>(Prejuízo) operacional</b>		<b>(62.141)</b>		<b>(62.141)</b>
Receitas financeiras	24	42	-	42
Despesas financeiras	24	(3)	-	(3)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>39</b>		<b>39</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(62.102)</b>		<b>(62.102)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(1)	-	(1)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(62.103)</b>		<b>(62.103)</b>

**2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** **2.1 Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 13 de abril de 2026. **2.2 Principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2.1 Políticas contábeis materiais não apresentadas em notas explicativas:** Considerando que a Companhia não apresenta determinadas notas explicativas em suas demonstrações financeiras, as correspondentes políticas contábeis, que seriam divulgadas nessas notas, estão sendo apresentadas neste capítulo. **2.2.1.1 Arrendamentos:** O Grupo reconhece, em concordância com o CPC 06 - Arrendamentos, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros. O ativo é depreciado ao longo do prazo do contrato e o passivo atualizado pelos encargos financeiros e reduzido pelos pagamentos realizados. O Grupo possui contratos de arrendamento de terras cujos pagamentos são integralmente variáveis, atrelados a receita líquida. Em função dessa característica, tais contratos não atendem aos critérios para reconhecimento de passivo de arrendamento conforme o CPC 06, sendo os pagamentos reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que incorridos. **2.3 Adoção de normas contábeis - Novas e revisadas:**

Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	01/01/2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante.
CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	01/01/2026	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	01/01/2026	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais.
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	01/01/2027	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia fará a adoção a essas normas e interpretações novas e alteradas conforme o CPC correspondente, se cabível, quando entrarem em vigor. **2.4 Base de mensuração:** As demonstrações

	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Prejuízo do exercício	(59.225)	(62.103)	(59.225)	(62.103)
Outros componentes do resultado abrangente	-	109	-	109
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>(59.225)</b>	<b>(61.994)</b>	<b>(59.225)</b>	<b>(61.994)</b>

	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	31/12/24	Reclassificação	31/12/24	Reclassificação
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(59.225)	(62.103)	(59.225)	(62.103)
Ajustes de receitas e despesas				
Impostos de renda e contribuições sociais	-	-	10.979	-
Depreciação e amortização	11 e 12	-	49.439	49.943
Baixa de ativo imobilizado		-	-	5
Resultado com participações societárias	10	59.246	62.040	-
Receitas financeiras de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	(5.806)
Juros, variações monetárias e custo de emissão - empréstimos e financiamentos	14	-	-	79.267
Atualização financeira de provisão de desmobilização		-	-	649
Provisão para processos judiciais		-	-	556
<b>Variações nos ativos operacionais</b>				
Contas a receber	7	-	-	(3.045)
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	4.811	(544)
Tributos a recuperar		(62)	(14)	(86)
Estoques		-	-	(21)
Despesas antecipadas		-	-	3.205
Outras contas a receber	9	-	-	(8.805)
<b>Variações nos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	13	(8)	(1)	14.856
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	16	-	1	(913)
Outras contas a pagar		-	-	1.168
Encargos regulatórios		-	-	4.329
<b>Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(49)</b>			

continuação

**Infraestrutura Brasil Holding V S.A. e Controladas**

demonstrações financeiras. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas: - **Nota explicativa 11 – Imobilizado:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação; - **Nota explicativa 12 – Intangível:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização; - **Nota explicativa 11 – Teste de redução do valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida:** A avaliação da recuperação de ativos de longa duração e de vida útil indefinida, segue regras específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (impairment) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazos das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis; - **Nota explicativa 18 – Provisão para processos judiciais:** Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. - **Nota explicativa 19 – Provisão para desmobilização de ativos:** Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B+IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Esses custos são reconhecidos contra o ativo correspondente. **2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações contábeis consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção devida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo. **3. Gestão de risco: 3.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

**(a) Risco de mercado: Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros decorrem de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual permanece sendo constantemente monitorado. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data. Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia e das controladas: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com apreciação e depreciação de 25%, e (iii) com apreciação e depreciação de 50%.

Operação	Inde-xador	Saldo em exposição	Controladora						
			Cenário I		Cenário II		Cenário III		
			Impacto	Redu-ção de índice	Eleva-ção de índice	Redu-ção de índice	Eleva-ção de índice	Redu-ção de índice	Eleva-ção de índice
			13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%		
Recursos em aplicações financeiras	CDI	24	3	2	4	2	5		
			4,05%	3,04%	5,06%	2,03%	6,08%		
Recursos em aplicações financeiras	CDI	53.721	7.221	5.415	9.026	3.610	10.831		
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	CDI	42.947	5.772	4.329	7.216	2.886	8.659		
Empréstimos e financiamentos	IPCA (731.073)	(29.608)	(22.206)	(37.011)	(14.804)	(44.413)			

**(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber

em aberto. Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobre de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez conforme o uso previsto do caixa classificados como baixo risco segundo mercado local. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou impaired e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que o saldo a receber, em sua maioria, é oriundo do contrato com a CEMIG que não possui histórico de inadimplência. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Companhia acompanha as cláusulas contratuais dos empréstimos e financiamentos, além de monitorar as condições restritivas financeiras ("covenants"), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias ou legais. A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data deste balanço, o Grupo mantém CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$25 (R\$104 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado de R\$57.111 (R\$36.892 em 31 de dezembro de 2024). A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontadas, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Controladora				
	Até um ano (i)	1 até 3 anos (i)	3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total geral
Em 31 de dezembro de 2024	8				8
Fornecedores					8
					Consolidado
					Vencimentos
Em 31 de dezembro de 2025	29.477	33.675	20.336	-	83.488
Fornecedores	70.118	147.050	155.719	1.316.756	1.689.643
Empréstimos e financiamentos	5.707	-	-	-	5.707
Encargos regulatórios					
Em 31 de dezembro de 2024	109.018	-	-	-	109.018
Fornecedores	1.378	-	-	-	1.378
Encargos regulatórios					

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos. O Grupo adota a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores e encargos regulatórios. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **3.2 Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, o Grupo monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas às dívidas.

	31/12/25	31/12/24
Total dos empréstimos e financiamentos	709.188	704.765
(-) Caixa e equivalente de caixa	(57.111)	(36.892)
(-) Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	(42.947)	(54.302)
<b>Dívida líquida</b>	<b>609.130</b>	<b>613.571</b>
Total do patrimônio líquido	510.615	568.140
<b>Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)</b>	<b>1.119.745</b>	<b>1.181.711</b>

**Índice de alavancagem financeira – %**  
**3.3 Outros riscos considerados relevantes: a) Risco regulatório:** As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. O risco de curtailment no setor de energia e a limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), mesmo que haja recurso natural para gerar. Causado por excesso de produção/falta de demanda em determinados dias e horários, por congestionamento/indisponibilidade da rede de transmissão ou por outros critérios operativos de confiabilidade definidos pelo ONS, apesar de ser um risco que sempre existiu no setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados e afetando especialmente projetos eólicos e solares da região Nordeste. Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em ativos de geração renovável, levando a busca por soluções estruturais como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo e regulamentação de armazenamento, além de compensações financeiras para visando mitigar os impactos financeiros aos geradores. Foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, a qual estabeleceu diretrizes para a compensação parcial aos geradores de energia elétrica por perdas decorrentes de certos tipos de restrições de geração. A referida Lei instituiu o arcabouço legal para eventual indenização, condicionando sua efetiva aplicação à regulamentação específica pelos órgãos competentes e a celebração de Termo de Compromisso entre os agentes de geração e o Poder Concedente. Em continuidade ao processo regulatório, foi instaurada a Consulta Pública nº 210/2025, aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026, com o objetivo de definir, entre outros aspectos, os critérios de elegibilidade, a metodologia de apuração dos montantes compensáveis, os limites financeiros aplicáveis e as condições operacionais para implementação do mecanismo previsto na Lei. Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, a Companhia não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises. **b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"). O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação. Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. **c) Risco de impairment:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo identificou indicativos de impairment para um ativo ou grupo de ativos, conforme detalhado na nota explicativa nº 11 ("Imobilizado"). **4. Instrumentos financeiros por categoria: (a) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são

reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA"). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Mensuração subsequente de ganhos e perdas: VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados. **(e) Impairment de ativos financeiros:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros. Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. **(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado: Ativos financeiros:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
<b>Ativos financeiros</b>				
Ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	25	104	57.111	36.892
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	42.947	54.302
Contas a receber	-	-	14.129	11.084
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	1.557	1.013
Dividendos a receber	45	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	8.844	39
<b>Passivos financeiros</b>				
Ao custo amortizado:				
Fornecedores	-	8	83.488	109.018
Empréstimos e financiamentos	-	-	709.188	704.765
Encargos regulatórios	-	-	5.707	1.378

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos classificados no circulante aproxima-se de seu valor justo em função do curto prazo remanescente até o vencimento. Para os instrumentos classificados no não circulante, a Administração entende que o valor contábil representa uma aproximação razoável do respectivo valor justo na data do balanço, considerando que são remunerados substancialmente por taxas pré-fixadas indexadas a indicadores econômicos e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Não foi elaborada estimativa específica de valor justo. **5. Caixas e equivalentes de caixas: Política contábil:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Controladora e nas controladas. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

**Recursos em banco e em caixa**  
**Recursos em aplicações financeiras**  
**Total**  
**(i) Aplicações financeiras em CDBs com liquidez diária, remuneradas a uma taxa média de 99,18% do CDI (97% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024).** **6. Aplicações financeiras vinculadas às dívidas: Política contábil:** As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Recursos em banco e em caixa	1	-	3.390	17
Recursos em aplicações financeiras	24	104	53.721	36.875
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>104</b>	<b>57.111</b>	<b>36.892</b>

**Aplicações financeiras vinculadas às dívidas**  
**Total**  
**(i) Contas reservadas relacionadas às dívidas das controladas (SPES) que possuem financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate. Valores aplicados em Fundo de Investimento com remuneração equivalente a 97,54% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (média de 97,32% do CDI em 31 de dezembro de 2024).** **7. Contas a receber: Política contábil:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas. A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que o saldo a receber, em sua maioria, é oriundo do contrato com a CEMIG que não possui histórico de inadimplência. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



continuação

### Infraestrutura Brasil Holding V S.A. e Controladas

de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24
Venda de energia		14.129	11.084
<b>Total</b>		<b>14.129</b>	<b>11.084</b>

(i) Contas a receber relativas principalmente aos respectivos Power Purchase Agreements ("PPAs") junto à CEMIG das controladas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 12 e São Vitor 13. O contrato foi feito conforme condições negociadas entre as partes e prevêem a venda de energia incentivada com início de suprimento de energia em janeiro de 2023 e término em dezembro de 2041. Além dos contratos de PPA junto à CEMIG, as controladas efetuaram vendas de energia para outras comercializadoras. Abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento:

		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24
A vencer		13.622	11.084
Vencidos de 1 a 30 dias		401	-
Vencidos de 31 a 90 dias		106	-
<b>Total</b>		<b>14.129</b>	<b>11.084</b>

**8. Contas a receber de partes relacionadas: Política contábil:** Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com o Grupo, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

Empresas	Natureza	Consolidado	
		31/12/25	31/12/24
São Vitor 02	Custo compartilhado	211	138
São Vitor 04	Custo compartilhado	210	136
São Vitor 05	Custo compartilhado	211	137
São Vitor 06	Custo compartilhado	211	137
São Vitor 08	Custo compartilhado	211	137
São Vitor 09	Custo compartilhado	211	137
São Vitor 10	Custo compartilhado	292	191
<b>Total</b>		<b>1.557</b>	<b>1.013</b>

**(a) Impactos no resultado:**

Empresas	Natureza	Consolidado	
		31/12/25	31/12/24
São Vitor 02	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.996	676
São Vitor 04	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.987	673
São Vitor 05	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.996	676
São Vitor 06	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.996	676
São Vitor 08	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.996	676
São Vitor 09	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.996	676
São Vitor 10	(-) Custos e despesas compartilhadas	2.792	945
<b>Total</b>		<b>14.761</b>	<b>4.998</b>

**Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa controlada pela Pátria. A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo encargos e benefícios, totalizava R\$9.079 (R\$5.861 em 31 de dezembro de 2024). **Compartilhamento de Custos:** Serviços contratados para o Parque Eólico Ventos de São Vitor através da investida São Vitor 01 que são rateados por todas as SPEs de acordo com a capacidade instalada de cada SPE. **9. Outras contas a receber: Política contábil:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24
Circulante		16	36
Adiantamento a funcionários		43	3
Adiantamento a fornecedores		5.890	-
Depósitos judiciais (i)		2.895	-
TUST (i)		-	-
<b>Total</b>		<b>8.844</b>	<b>39</b>

(i) Trata-se de Mandado de Segurança Preventivo, cujo objeto é a obtenção de liminar consistente na suspensão dos efeitos da decisão da CCEE quanto ao não repasse dos percentuais do desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em decorrência dessa suspensão, a controlada São Vitor 01 realizou o pagamento integral da tarifa e espera recuperar o montante apresentado na rubrica "TUST" após a decisão. Foi realizado um depósito judicial no valor de R\$ 5.890, para assegurar o Juízo para fins de suspender os efeitos da decisão da CCEE. **10. Investimentos: Política contábil:** Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta no todo ou em parte a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da Controladora e são consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Movimentação dos investimentos:**

	Consolidado							Total do investimento
	São Vitor 01	São Vitor 03	São Vitor 07	São Vitor 11	São Vitor 12	São Vitor 13	São Vitor 14	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>599.401</b>
Equivalência patrimonial	(11.991)	(7.611)	(11.479)	(3.347)	(10.064)	(9.768)	(6.728)	(60.988)
Integralização de capital	9.105	12.205	2.000	6.605	-	-	-	29.915
Outros resultados abrangentes	(101)	96	62	38	14	-	-	109
Contrato de autorização	(204)	(103)	(120)	(86)	(187)	(278)	(74)	(1.052)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>78.728</b>	<b>82.292</b>	<b>99.875</b>	<b>79.424</b>	<b>70.376</b>	<b>69.605</b>	<b>87.085</b>	<b>567.385</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2025</b>	<b>78.728</b>	<b>82.292</b>	<b>99.875</b>	<b>79.424</b>	<b>70.376</b>	<b>69.605</b>	<b>87.085</b>	<b>567.385</b>
Equivalência patrimonial	(10.058)	(10.170)	(15.842)	(2.088)	(10.029)	(8.730)	(872)	(57.789)
Contrato de autorização	204	(207)	(206)	(207)	(204)	(208)	(221)	(1.457)
Integralização de capital	1.100	-	30	600	-	-	-	1.730
Ajuste distribuição de dividendos	-	-	-	-	2	-	-	3
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>69.566</b>	<b>71.915</b>	<b>83.857</b>	<b>77.729</b>	<b>60.145</b>	<b>60.667</b>	<b>85.995</b>	<b>509.874</b>

**(b) Resumo das informações financeiras:** O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

Em 31 de dezembro de 2025	Controladora							Consolidado
	São Vitor 01	São Vitor 03	São Vitor 07	São Vitor 11	São Vitor 12	São Vitor 13	São Vitor 14	
<b>Balço patrimonial resumido</b>								
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Ativo circulante	18.619	2.751	4.021	10.013	9.018	14.295	24.810	
Ativo não circulante	170.209	159.386	219.118	158.785	152.098	149.073	191.925	
Passivo circulante	21.988	4.808	10.342	5.434	7.949	7.090	9.364	
Passivo não circulante	103.506	91.877	135.328	92.033	99.277	101.899	127.767	
Patrimônio líquido	63.334	65.452	77.469	71.331	53.890	54.379	79.604	
<b>Demonstração de resultado resumida</b>								
Receita líquida de vendas	18.823	18.455	27.009	24.735	19.660	19.344	31.874	
Lucro bruto	3.060	2.805	2.184	10.890	2.752	3.660	14.724	
Prejuízo do exercício	(10.058)	(10.170)	(15.842)	(2.088)	(10.029)	(8.730)	(872)	
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>São Vitor 01</b>	<b>São Vitor 03</b>	<b>São Vitor 07</b>	<b>São Vitor 11</b>	<b>São Vitor 12</b>	<b>São Vitor 13</b>	<b>São Vitor 14</b>	
<b>Balço patrimonial resumido</b>								
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Ativo circulante	6.687	3.214	4.412	3.520	9.478	12.347	13.512	
Ativo não circulante	184.666	172.939	237.845	171.405	164.955	159.888	203.998	
Passivo circulante	28.358	10.287	23.656	11.818	20.942	19.743	29.655	
Passivo não circulante	90.703	90.244	125.321	90.289	89.573	89.384	107.381	
Patrimônio líquido	72.292	75.622	93.280	72.818	63.918	63.108	80.474	
<b>Demonstração de resultado resumida</b>								
Receita líquida de vendas	18.090	13.213	22.672	8.504	19.532	21.056	15.963	
Lucro (prejuízo) bruto	555	(1.338)	(1.662)	1.668	315	1.103	(1.980)	
Prejuízo do exercício	(11.991)	(7.611)	(11.479)	(3.347)	(10.064)	(9.768)	(6.728)	

**11. Imobilizado: Política contábil:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. As taxas anuais de depreciação do Grupo se aproximam das taxas de depreciação do MCPSE. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado. **Teste de redução ao valor recuperável:** O Grupo avalia anualmente ou, com maior frequência, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de um teste de impairment, conforme os parágrafos 9 a 12 do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou uma análise detalhada dos indicadores de impairment utilizando fontes internas e externas, em conformidade com as normas CPC 01 (R1) / IAS 36, para suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Para fins de teste de impairment, a Administração define que as SPEs, em conjunto, representam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Essa classificação fundamenta-se no fato de que as SPEs estão situadas em uma mesma região geográfica e compartilham características operacionais e decisões estratégicas sinérgicas, sendo geridas e monitoradas como uma única unidade de negócios. Foram identificados indicadores de impairment no Complexo Eólico Ventos de São Vitor, uma vez que a performance operacional e os resultados dos ativos para o referido período ficaram abaixo das projeções orçamentárias. Essa situação decorre, principalmente, dos altos níveis de curtailment que afetam o complexo e não estão sob controle da Administração. O curtailment é um fator externo adverso que impactou diretamente a operação, contribuindo para uma piora significativa nos resultados, vide nota explicativa nº 3.3. Diante da situação supracitada, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera a incerteza de se atingir esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro. O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela Administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores. Os testes de impairment foram executados por meio de cálculos do valor recuperável, definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda, conforme parágrafo 18 do CPC 01. O valor em uso foi determinado utilizando o método de fluxo de caixa descontado (DCF). As premissas fundamentais que sustentam o teste de redução ao valor recuperável do complexo foram estruturadas a partir de projeções de fluxos de caixa fundamentadas em diretrizes financeiras, operacionais e regulatórias, sempre em alinhamento com o plano de negócios da Companhia e as condições vigentes de mercado. Para a correção das projeções de receitas e custos, adotou-se o IPCA como índice econômico central, refletindo de maneira fidedigna as expectativas inflacionárias para o período. O estudo abrange um período de 30 anos para fins de análise, prazo que corresponde à vida útil remanescente dos ativos do complexo conforme laudos técnicos, utilizando como data-base o dia 30 de setembro de 2025. No que tange à expectativa de faturamento, a receita baseia-se predominantemente em contratos bilaterais, PPAs (Power Purchase Agreements), que asseguram a comercialização da energia por prazos determinados. A curva de geração futura foi desenhada considerando o histórico de desempenho do complexo, certificações de produção de energia das usinas eólicas e o cenário de despacho projetado para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Um elemento crítico nesta modelagem é a projeção de perdas por curtailment, o qual se baseia em estudos de projeção de carga, demanda e de expansão de linhas de transmissão, para estimar os desligamentos forçados das usinas, considerados até o último ano de projeção. Assim, a geração líquida final para fins de faturamento é obtida subtraindo-se da geração bruta tanto as perdas por curtailment quanto o consumo interno das instalações. Sobre o fluxo de caixa, as projeções incorporam as deduções necessárias sobre as vendas, incluindo tributos como PIS e COFINS, aplicados rigorosamente conforme a legislação, além dos encargos setoriais regulatórios pertinentes ao setor elétrico. Para converter esses fluxos futuros ao valor presente, utilizou-se o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que inicia em 12,13% e converge para 11,60% a partir de 2028, capturando o perfil de risco do empreendimento e as flutuações das condições de mercado ao longo do tempo. Em relação à Lei nº 15.269/2025, o Grupo optou por uma postura conservadora, entendendo que não há base objetiva para mensurar esses efeitos no momento, de modo que o valor em uso do Complexo Eólico Ventos de São Vitor não contempla tais ganhos potenciais até que as definições legais sejam plenamente estabelecidas. Como resultado desses testes, o valor recuperável de todos os ativos avaliados excedeu seu respectivo valor contábil. Portanto, não foi reconhecida qualquer perda por impairment no período, conforme parágrafo 58 do CPC 01 (R1). **(a) Composição e movimentação do ativo imobilizado:**

Imobilizado em andamento	Desmobilização de ativos	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Planta eólica	Consolidado	
					31/12/25	31/12/24
<b>793.410</b>	-	-	5	<b>331.716</b>	<b>1.125.131</b>	<b>Total</b>
156.048	7.560	149	-	-	163.757	
-	-	(48.416)	(157)	-	(48.573)	
(947.091)	-	1.275.545	3.262	(331.716)	-	
<b>2.367</b>	<b>7.560</b>	<b>1.227.278</b>	<b>3.110</b>	-	<b>1.240.315</b>	
<b>2.367</b>	<b>7.560</b>	<b>1.277.332</b>	<b>3.268</b>	-	<b>1.290.527</b>	
-	-	(50.054)	(158)	-	(50.212)	
<b>2.367</b>	<b>7.560</b>	<b>1.227.278</b>	<b>3.110</b>	-	<b>1.240.315</b>	
Adições	3.185	1.167	240	-	4.593	
Depreciação	-	(582)	(47.064)	(111)	(47.757)	
Baixas	(5)	-	-	-	(5)	
Transferências	(78)	-	78	-	-	
Outros (i)	(1.635)	-	(38.751)	-	(40.386)	
<b>3.834</b>	<b>8.145</b>	<b>1.141.781</b>	<b>2.999</b>	-	<b>1.156.760</b>	
<b>3.834</b>	<b>8.727</b>	<b>1.238.899</b>	<b>3.268</b>	-	<b>1.254.728</b>	
-	(582)	(97.117)	(269)	-	(97.968)	
<b>3.834</b>	<b>8.145</b>	<b>1.141.781</b>	<b>2.999</b>	-	<b>1.156.760</b>	
-	<b>6,67%</b>	<b>3,80%</b>	<b>3,40%</b>	-	-	

(i) Refere-se, substancialmente, ao estorno de provisões registradas em exercícios anteriores relacionadas a estimativas de gastos associados ao imobilizado. Na rubrica de "Máquinas, equipamentos e outros", em função da conclusão das negociações do contrato com o fornecedor dos equipamentos, os montantes anteriormente provisionados foram parcialmente revertidos, com os respectivos ajustes refletidos na movimentação do imobilizado na rubrica "Outros". **12. Intangível: Política contábil:** Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. O Grupo registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes à combinação de negócios. O saldo das controladas é composto principalmente por serviços de passagem, as quais não são amortizadas. **Contratos de autorização:** Os contratos de autorização são relativos à parcela alocada da aquisição do Complexo Eólico Ventos de São Vitor em 2020 para cada uma das empresas operacionais. A aquisição foi realizada pela IBHV, que em seguida cedeu parte dos ativos para a IBH SV. Os valores são apresentados como ativo intangível no consolidado e possuem vida útil definida de 35 anos. **Ágio:** O ágio é relativo à parcela não alocada da aquisição do Complexo Eólico Ventos de São Vitor em 2020. Esse saldo é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar indicação de redução ao valor recuperável.

Saldo em 01 de janeiro de 2024	Contrato de autorização				Total
	Serviços	Software	Ágio	Outros	
<b>45.994</b>	<b>171</b>	<b>97</b>	<b>932</b>	<b>47.194</b>	
Adição	-	4	1.124	-	1.128
Amortização	(1.051)	-	(319)	-	(1.370)
Transferência	-	97	(97)	-	-
<b>44.942</b>	<b>272</b>	<b>805</b>	<b>932</b>	<b>46.952</b>	
<b>45.993</b>	<b>272</b>	<b>1.124</b>	<b>932</b>	<b>48.322</b>	
(1.051)	-	(319)	-	(1.370)	
<b>44.942</b>	<b>272</b>	<b>805</b>	<b>932</b>	<b>46.952</b>	
Adições	-	-	13	-	13
Amortização	(1.457)	-	(225)	-	(1.682)
<b>43.485</b>	<b>272</b>	<b>593</b>	<b>932</b>	<b>45.283</b>	
<b>45.993</b>	<b>272</b>	<b>1.137</b>	<b>932</b>	<b>48.335</b>	
(2.508)	-	(544)	-	(3.052)	
<b>43.485</b>	<b>272</b>	<b>593</b>	<b>932</b>	<b>45.283</b>	
-	<b>3,17%</b>	-	<b>19,78%</b>	-	

**13. Fornecedores: Política contábil:** O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Circulante	Controladora		Consolidado
	31/12/25	31/12/24	
Matérias e serviços	-	8	7.484
Compra de energia	-	-	9.182
Provisões de fornecedores (i)	-	-	12.811
	-	<b>8</b>	<b>29.477</b>
<b>Não circulante</b>			<b>109.018</b>
Provisões de fornecedores (i)	-	-	54.011
	-	-	<b>54.011</b>
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>83.488</b>

(i) O montante registrado na rubrica de provisão de fornecedores refere-se a obrigações contratuais devidas à Siemens Gamesa Energia Renovável Ltda, decorrentes dos contratos de fornecimento, instalação e comissionamento dos aerogeradores, incluindo obrigações pós-COD (Commercial Operation Date), ajustes contratuais e garantias de performance relacionadas ao pleno funcionamento das unidades geradoras. No exercício de 2025, a Companhia celebrou acordo comercial com o fornecedor, por meio do qual foram redefinidas as condições e o cronograma de liquidação do saldo remanescente. Conforme pactuado, os pagamentos terão início em 2026. A classificação entre passivo circulante e não circulante foi realizada com base no cronograma acordado entre as partes na data-base das demonstrações financeiras. **14. Empréstimos e financiamentos: Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis) e descontado das amortizações. Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de empréstimos e financiamentos são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no

Infraestrutura Brasil Holding V S.A. e Controladas																																																																																																																																	
<b>c) Composição de empréstimos e financiamentos:</b>																																																																																																																																	
Companhia	Descrição	Valor do Contrato	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Consolidado																																																																																																																								
									31/12/25	31/12/24																																																																																																																							
VT01 VT03 VT07 VT11 VT12 VT13 VT14	BNDES_01	455.000	29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/11/2045	(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da IBH IV; (ii) Penhor da totalidade das ações de emissão das SPE's (iii) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (iv) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) quaisquer outros direitos e/ou receitas decorrentes do projeto, (c) direitos creditórios das contas vinculadas da SPE e da IBH V, (d) direitos creditórios dos mútuos, (e) direitos emergentes das autorizações, (f) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos do projeto. Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 prestações, Conta Reserva de O&M equivalente a 3 meses de despesa com O&M. (v) fiança bancária até completion físico-financeiro.	534.776	524.896																																																																																																																							
VT01 VT03 VT07 VT11 VT12 VT13 VT14	BNDES_02	200.000	29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/12/2037		196.297	203.301																																																																																																																							
(-) Custo de captação de dívidas									(21.885)	(23.432)																																																																																																																							
									<b>709.188</b>	<b>704.765</b>																																																																																																																							
<b>d) Movimentação de empréstimos e financiamentos:</b>																																																																																																																																	
<b>e) Condições restritivas financeiras (covenants):</b> O financiamento com o BNDES, referente às controladas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14, possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou "ICSD") a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados da Companhia, com base nas informações das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O cálculo deve ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração periodicamente. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de 1,30x não foi atingido; entretanto, conforme contrato, não há nenhum impacto para vencimento antecipado da dívida, além dos assuntos mencionados nos itens (i) e (ii) acima. <b>f) Composição por ano de vencimento:</b>																																																																																																																																	
<b>g) Custo de transação:</b> Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. <b>15. Impostos de renda e contribuições sociais: Política contábil:</b> As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como forma de tributação o lucro presumido.																																																																																																																																	
<b>h) Composição da provisão para processos judiciais prováveis:</b>																																																																																																																																	
<b>20. Patrimônio líquido: (a) Capital social:</b> Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia era de R\$650.000, dividido em 650.000.000 ações, sendo 634.210.000 ações integralizadas (632.510.000 ações integralizadas em 31 de dezembro de 2024). Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de outubro de 2023, o capital social será aportado em até cinco anos, contados a partir da data da referida Assembleia. A Companhia não possui ações autorizadas. A seguir a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:																																																																																																																																	
<b>21. Receita líquida de vendas: Política contábil:</b> A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação a qual as controladas da Companhia esperam ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada). Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:																																																																																																																																	
<b>22. Custo de venda de energia elétrica:</b>																																																																																																																																	
<b>23. Despesas gerais e administrativas:</b>																																																																																																																																	
<b>24. Resultado Financeiro: Política contábil:</b> As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. Não foram realizadas compensações entre receitas e despesas financeiras.																																																																																																																																	
<b>25. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil:</b> Na Companhia, o método de apuração é o lucro real e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no lucro real considerando as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro líquido para contribuição social. Nas controladas, a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada a razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.																																																																																																																																	
<b>26. Resultado básico e diluído por ação:</b>																																																																																																																																	
<b>27. Transações que não afetam caixa:</b>																																																																																																																																	
<b>28. Cobertura de Seguros:</b>																																																																																																																																	
<b>29. Eventos Subsequentes:</b>																																																																																																																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4"><b>Receitas financeiras</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4">Receitas de aplicações financeiras</td> </tr> <tr> <td>11</td> <td>32</td> <td>11.990</td> <td>10.579</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Tributos sobre receitas financeiras</td> </tr> <tr> <td>(3)</td> <td>(2)</td> <td>(3)</td> <td>(2)</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Outras receitas financeiras</td> </tr> <tr> <td>63</td> <td>12</td> <td>67</td> <td>416</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Total das receitas financeiras</b></td> </tr> <tr> <td><b>71</b></td> <td><b>42</b></td> <td><b>12.054</b></td> <td><b>10.993</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesas financeiras</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4">Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>(44.949)</td> <td>(60.889)</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Amortização de custos de emissão de empréstimos e financiamentos (ii)</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>(1.547)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos (iii)</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>(32.771)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4">IOF</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>(108)</td> <td>(1.233)</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Comissões, garantias e fianças (iii)</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>(16.539)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Atualização financeira desmobilização</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>(649)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Outras despesas financeiras</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>(3)</td> <td>(441)</td> <td>(1.540)</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Total das despesas financeiras</b></td> </tr> <tr> <td><b>71</b></td> <td><b>39</b></td> <td><b>(84.950)</b></td> <td><b>(63.669)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Resultado financeiro</b></td> </tr> <tr> <td><b>0</b></td> <td><b>3</b></td> <td><b>(72.896)</b></td> <td><b>(74.662)</b></td> </tr> </tbody> </table>										Controladora		Consolidado		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	<b>Receitas financeiras</b>				Receitas de aplicações financeiras				11	32	11.990	10.579	Tributos sobre receitas financeiras				(3)	(2)	(3)	(2)	Outras receitas financeiras				63	12	67	416	<b>Total das receitas financeiras</b>				<b>71</b>	<b>42</b>	<b>12.054</b>	<b>10.993</b>	<b>Despesas financeiras</b>				Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)				-	-	(44.949)	(60.889)	Amortização de custos de emissão de empréstimos e financiamentos (ii)				-	-	(1.547)	-	Atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos (iii)				-	-	(32.771)	-	IOF				-	-	(108)	(1.233)	Comissões, garantias e fianças (iii)				-	-	(16.539)	-	Atualização financeira desmobilização				-	-	(649)	-	Outras despesas financeiras				-	(3)	(441)	(1.540)	<b>Total das despesas financeiras</b>				<b>71</b>	<b>39</b>	<b>(84.950)</b>	<b>(63.669)</b>	<b>Resultado financeiro</b>				<b>0</b>	<b>3</b>	<b>(72.896)</b>	<b>(74.662)</b>
Controladora		Consolidado																																																																																																																															
31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																																																																														
<b>Receitas financeiras</b>																																																																																																																																	
Receitas de aplicações financeiras																																																																																																																																	
11	32	11.990	10.579																																																																																																																														
Tributos sobre receitas financeiras																																																																																																																																	
(3)	(2)	(3)	(2)																																																																																																																														
Outras receitas financeiras																																																																																																																																	
63	12	67	416																																																																																																																														
<b>Total das receitas financeiras</b>																																																																																																																																	
<b>71</b>	<b>42</b>	<b>12.054</b>	<b>10.993</b>																																																																																																																														
<b>Despesas financeiras</b>																																																																																																																																	
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)																																																																																																																																	
-	-	(44.949)	(60.889)																																																																																																																														
Amortização de custos de emissão de empréstimos e financiamentos (ii)																																																																																																																																	
-	-	(1.547)	-																																																																																																																														
Atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos (iii)																																																																																																																																	
-	-	(32.771)	-																																																																																																																														
IOF																																																																																																																																	
-	-	(108)	(1.233)																																																																																																																														
Comissões, garantias e fianças (iii)																																																																																																																																	
-	-	(16.539)	-																																																																																																																														
Atualização financeira desmobilização																																																																																																																																	
-	-	(649)	-																																																																																																																														
Outras despesas financeiras																																																																																																																																	
-	(3)	(441)	(1.540)																																																																																																																														
<b>Total das despesas financeiras</b>																																																																																																																																	
<b>71</b>	<b>39</b>	<b>(84.950)</b>	<b>(63.669)</b>																																																																																																																														
<b>Resultado financeiro</b>																																																																																																																																	
<b>0</b>	<b>3</b>	<b>(72.896)</b>	<b>(74.662)</b>																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b></td> </tr> <tr> <td>(59.225)</td> <td>(62.102)</td> <td>(48.246)</td> <td>(55.713)</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota vigente</b></td> </tr> <tr> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b></td> </tr> <tr> <td><b>(20.137)</b></td> <td><b>(21.115)</b></td> <td><b>(16.404)</b></td> <td><b>(18.942)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesas permanentes não dedutíveis</b></td> </tr> <tr> <td>473</td> <td>378</td> <td>473</td> <td>378</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízos fiscais</b></td> </tr> <tr> <td>(1)</td> <td>-</td> <td>(1)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b></td> </tr> <tr> <td>17</td> <td>-</td> <td>17</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Resultado de equivalência patrimonial</b></td> </tr> <tr> <td>19.648</td> <td>20.736</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>26.894</td> <td>12.174</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Encargo fiscal</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>(1)</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>(6.390)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Corrente</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>1</td> <td>6.729</td> <td>6.390</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>4.250</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesa de IRPJ e CSLL</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>6.390</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota efetiva</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>23%</b></td> <td><b>11%</b></td> </tr> </tbody> </table>										Controladora		Consolidado		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>				(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)	<b>Alíquota vigente</b>				34%	34%	34%	34%	<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>				<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>	<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>				473	378	473	378	<b>Prejuízos fiscais</b>				(1)	-	(1)	-	<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>				17	-	17	-	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>				19.648	20.736	-	-	<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>				-	-	26.894	12.174	<b>Encargo fiscal</b>				-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>	<b>Corrente</b>				-	1	6.729	6.390	<b>Diferido</b>				-	-	4.250	-	<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>				-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>	<b>Alíquota efetiva</b>				-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>								
Controladora		Consolidado																																																																																																																															
31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																																																																														
<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>																																																																																																																																	
(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)																																																																																																																														
<b>Alíquota vigente</b>																																																																																																																																	
34%	34%	34%	34%																																																																																																																														
<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>																																																																																																																																	
<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>																																																																																																																														
<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>																																																																																																																																	
473	378	473	378																																																																																																																														
<b>Prejuízos fiscais</b>																																																																																																																																	
(1)	-	(1)	-																																																																																																																														
<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>																																																																																																																																	
17	-	17	-																																																																																																																														
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>																																																																																																																																	
19.648	20.736	-	-																																																																																																																														
<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>																																																																																																																																	
-	-	26.894	12.174																																																																																																																														
<b>Encargo fiscal</b>																																																																																																																																	
-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>																																																																																																																														
<b>Corrente</b>																																																																																																																																	
-	1	6.729	6.390																																																																																																																														
<b>Diferido</b>																																																																																																																																	
-	-	4.250	-																																																																																																																														
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>																																																																																																																														
<b>Alíquota efetiva</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b></td> </tr> <tr> <td>(59.225)</td> <td>(62.102)</td> <td>(48.246)</td> <td>(55.713)</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota vigente</b></td> </tr> <tr> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b></td> </tr> <tr> <td><b>(20.137)</b></td> <td><b>(21.115)</b></td> <td><b>(16.404)</b></td> <td><b>(18.942)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesas permanentes não dedutíveis</b></td> </tr> <tr> <td>473</td> <td>378</td> <td>473</td> <td>378</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízos fiscais</b></td> </tr> <tr> <td>(1)</td> <td>-</td> <td>(1)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b></td> </tr> <tr> <td>17</td> <td>-</td> <td>17</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Resultado de equivalência patrimonial</b></td> </tr> <tr> <td>19.648</td> <td>20.736</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>26.894</td> <td>12.174</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Encargo fiscal</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>(1)</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>(6.390)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Corrente</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>1</td> <td>6.729</td> <td>6.390</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>4.250</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesa de IRPJ e CSLL</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>6.390</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota efetiva</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>23%</b></td> <td><b>11%</b></td> </tr> </tbody> </table>										Controladora		Consolidado		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>				(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)	<b>Alíquota vigente</b>				34%	34%	34%	34%	<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>				<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>	<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>				473	378	473	378	<b>Prejuízos fiscais</b>				(1)	-	(1)	-	<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>				17	-	17	-	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>				19.648	20.736	-	-	<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>				-	-	26.894	12.174	<b>Encargo fiscal</b>				-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>	<b>Corrente</b>				-	1	6.729	6.390	<b>Diferido</b>				-	-	4.250	-	<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>				-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>	<b>Alíquota efetiva</b>				-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>								
Controladora		Consolidado																																																																																																																															
31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																																																																														
<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>																																																																																																																																	
(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)																																																																																																																														
<b>Alíquota vigente</b>																																																																																																																																	
34%	34%	34%	34%																																																																																																																														
<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>																																																																																																																																	
<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>																																																																																																																														
<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>																																																																																																																																	
473	378	473	378																																																																																																																														
<b>Prejuízos fiscais</b>																																																																																																																																	
(1)	-	(1)	-																																																																																																																														
<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>																																																																																																																																	
17	-	17	-																																																																																																																														
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>																																																																																																																																	
19.648	20.736	-	-																																																																																																																														
<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>																																																																																																																																	
-	-	26.894	12.174																																																																																																																														
<b>Encargo fiscal</b>																																																																																																																																	
-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>																																																																																																																														
<b>Corrente</b>																																																																																																																																	
-	1	6.729	6.390																																																																																																																														
<b>Diferido</b>																																																																																																																																	
-	-	4.250	-																																																																																																																														
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>																																																																																																																														
<b>Alíquota efetiva</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b></td> </tr> <tr> <td>(59.225)</td> <td>(62.102)</td> <td>(48.246)</td> <td>(55.713)</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota vigente</b></td> </tr> <tr> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b></td> </tr> <tr> <td><b>(20.137)</b></td> <td><b>(21.115)</b></td> <td><b>(16.404)</b></td> <td><b>(18.942)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesas permanentes não dedutíveis</b></td> </tr> <tr> <td>473</td> <td>378</td> <td>473</td> <td>378</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízos fiscais</b></td> </tr> <tr> <td>(1)</td> <td>-</td> <td>(1)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b></td> </tr> <tr> <td>17</td> <td>-</td> <td>17</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Resultado de equivalência patrimonial</b></td> </tr> <tr> <td>19.648</td> <td>20.736</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>26.894</td> <td>12.174</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Encargo fiscal</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>(1)</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>(6.390)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Corrente</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>1</td> <td>6.729</td> <td>6.390</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>4.250</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesa de IRPJ e CSLL</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>6.390</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota efetiva</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>23%</b></td> <td><b>11%</b></td> </tr> </tbody> </table>										Controladora		Consolidado		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>				(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)	<b>Alíquota vigente</b>				34%	34%	34%	34%	<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>				<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>	<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>				473	378	473	378	<b>Prejuízos fiscais</b>				(1)	-	(1)	-	<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>				17	-	17	-	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>				19.648	20.736	-	-	<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>				-	-	26.894	12.174	<b>Encargo fiscal</b>				-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>	<b>Corrente</b>				-	1	6.729	6.390	<b>Diferido</b>				-	-	4.250	-	<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>				-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>	<b>Alíquota efetiva</b>				-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>								
Controladora		Consolidado																																																																																																																															
31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																																																																														
<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>																																																																																																																																	
(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)																																																																																																																														
<b>Alíquota vigente</b>																																																																																																																																	
34%	34%	34%	34%																																																																																																																														
<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>																																																																																																																																	
<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>																																																																																																																														
<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>																																																																																																																																	
473	378	473	378																																																																																																																														
<b>Prejuízos fiscais</b>																																																																																																																																	
(1)	-	(1)	-																																																																																																																														
<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>																																																																																																																																	
17	-	17	-																																																																																																																														
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>																																																																																																																																	
19.648	20.736	-	-																																																																																																																														
<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>																																																																																																																																	
-	-	26.894	12.174																																																																																																																														
<b>Encargo fiscal</b>																																																																																																																																	
-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>																																																																																																																														
<b>Corrente</b>																																																																																																																																	
-	1	6.729	6.390																																																																																																																														
<b>Diferido</b>																																																																																																																																	
-	-	4.250	-																																																																																																																														
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>																																																																																																																														
<b>Alíquota efetiva</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b></td> </tr> <tr> <td>(59.225)</td> <td>(62.102)</td> <td>(48.246)</td> <td>(55.713)</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota vigente</b></td> </tr> <tr> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b></td> </tr> <tr> <td><b>(20.137)</b></td> <td><b>(21.115)</b></td> <td><b>(16.404)</b></td> <td><b>(18.942)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesas permanentes não dedutíveis</b></td> </tr> <tr> <td>473</td> <td>378</td> <td>473</td> <td>378</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízos fiscais</b></td> </tr> <tr> <td>(1)</td> <td>-</td> <td>(1)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b></td> </tr> <tr> <td>17</td> <td>-</td> <td>17</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Resultado de equivalência patrimonial</b></td> </tr> <tr> <td>19.648</td> <td>20.736</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>26.894</td> <td>12.174</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Encargo fiscal</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>(1)</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>(6.390)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Corrente</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>1</td> <td>6.729</td> <td>6.390</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>4.250</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesa de IRPJ e CSLL</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>6.390</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota efetiva</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>23%</b></td> <td><b>11%</b></td> </tr> </tbody> </table>										Controladora		Consolidado		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>				(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)	<b>Alíquota vigente</b>				34%	34%	34%	34%	<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>				<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>	<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>				473	378	473	378	<b>Prejuízos fiscais</b>				(1)	-	(1)	-	<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>				17	-	17	-	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>				19.648	20.736	-	-	<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>				-	-	26.894	12.174	<b>Encargo fiscal</b>				-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>	<b>Corrente</b>				-	1	6.729	6.390	<b>Diferido</b>				-	-	4.250	-	<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>				-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>	<b>Alíquota efetiva</b>				-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>								
Controladora		Consolidado																																																																																																																															
31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																																																																														
<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>																																																																																																																																	
(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)																																																																																																																														
<b>Alíquota vigente</b>																																																																																																																																	
34%	34%	34%	34%																																																																																																																														
<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>																																																																																																																																	
<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>																																																																																																																														
<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>																																																																																																																																	
473	378	473	378																																																																																																																														
<b>Prejuízos fiscais</b>																																																																																																																																	
(1)	-	(1)	-																																																																																																																														
<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>																																																																																																																																	
17	-	17	-																																																																																																																														
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>																																																																																																																																	
19.648	20.736	-	-																																																																																																																														
<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>																																																																																																																																	
-	-	26.894	12.174																																																																																																																														
<b>Encargo fiscal</b>																																																																																																																																	
-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>																																																																																																																														
<b>Corrente</b>																																																																																																																																	
-	1	6.729	6.390																																																																																																																														
<b>Diferido</b>																																																																																																																																	
-	-	4.250	-																																																																																																																														
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>																																																																																																																														
<b>Alíquota efetiva</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b></td> </tr> <tr> <td>(59.225)</td> <td>(62.102)</td> <td>(48.246)</td> <td>(55.713)</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota vigente</b></td> </tr> <tr> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b></td> </tr> <tr> <td><b>(20.137)</b></td> <td><b>(21.115)</b></td> <td><b>(16.404)</b></td> <td><b>(18.942)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesas permanentes não dedutíveis</b></td> </tr> <tr> <td>473</td> <td>378</td> <td>473</td> <td>378</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízos fiscais</b></td> </tr> <tr> <td>(1)</td> <td>-</td> <td>(1)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b></td> </tr> <tr> <td>17</td> <td>-</td> <td>17</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Resultado de equivalência patrimonial</b></td> </tr> <tr> <td>19.648</td> <td>20.736</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>26.894</td> <td>12.174</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Encargo fiscal</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>(1)</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>(6.390)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Corrente</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>1</td> <td>6.729</td> <td>6.390</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>4.250</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesa de IRPJ e CSLL</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>6.390</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota efetiva</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>23%</b></td> <td><b>11%</b></td> </tr> </tbody> </table>										Controladora		Consolidado		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>				(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)	<b>Alíquota vigente</b>				34%	34%	34%	34%	<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>				<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>	<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>				473	378	473	378	<b>Prejuízos fiscais</b>				(1)	-	(1)	-	<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>				17	-	17	-	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>				19.648	20.736	-	-	<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>				-	-	26.894	12.174	<b>Encargo fiscal</b>				-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>	<b>Corrente</b>				-	1	6.729	6.390	<b>Diferido</b>				-	-	4.250	-	<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>				-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>	<b>Alíquota efetiva</b>				-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>								
Controladora		Consolidado																																																																																																																															
31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																																																																														
<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>																																																																																																																																	
(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)																																																																																																																														
<b>Alíquota vigente</b>																																																																																																																																	
34%	34%	34%	34%																																																																																																																														
<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>																																																																																																																																	
<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>																																																																																																																														
<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>																																																																																																																																	
473	378	473	378																																																																																																																														
<b>Prejuízos fiscais</b>																																																																																																																																	
(1)	-	(1)	-																																																																																																																														
<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>																																																																																																																																	
17	-	17	-																																																																																																																														
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>																																																																																																																																	
19.648	20.736	-	-																																																																																																																														
<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>																																																																																																																																	
-	-	26.894	12.174																																																																																																																														
<b>Encargo fiscal</b>																																																																																																																																	
-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>																																																																																																																														
<b>Corrente</b>																																																																																																																																	
-	1	6.729	6.390																																																																																																																														
<b>Diferido</b>																																																																																																																																	
-	-	4.250	-																																																																																																																														
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>																																																																																																																														
<b>Alíquota efetiva</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b></td> </tr> <tr> <td>(59.225)</td> <td>(62.102)</td> <td>(48.246)</td> <td>(55.713)</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota vigente</b></td> </tr> <tr> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b></td> </tr> <tr> <td><b>(20.137)</b></td> <td><b>(21.115)</b></td> <td><b>(16.404)</b></td> <td><b>(18.942)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesas permanentes não dedutíveis</b></td> </tr> <tr> <td>473</td> <td>378</td> <td>473</td> <td>378</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízos fiscais</b></td> </tr> <tr> <td>(1)</td> <td>-</td> <td>(1)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b></td> </tr> <tr> <td>17</td> <td>-</td> <td>17</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Resultado de equivalência patrimonial</b></td> </tr> <tr> <td>19.648</td> <td>20.736</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>26.894</td> <td>12.174</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Encargo fiscal</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>(1)</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>(6.390)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Corrente</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>1</td> <td>6.729</td> <td>6.390</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>4.250</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesa de IRPJ e CSLL</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>6.390</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota efetiva</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>23%</b></td> <td><b>11%</b></td> </tr> </tbody> </table>										Controladora		Consolidado		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>				(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)	<b>Alíquota vigente</b>				34%	34%	34%	34%	<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>				<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>	<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>				473	378	473	378	<b>Prejuízos fiscais</b>				(1)	-	(1)	-	<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>				17	-	17	-	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>				19.648	20.736	-	-	<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>				-	-	26.894	12.174	<b>Encargo fiscal</b>				-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>	<b>Corrente</b>				-	1	6.729	6.390	<b>Diferido</b>				-	-	4.250	-	<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>				-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>	<b>Alíquota efetiva</b>				-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>								
Controladora		Consolidado																																																																																																																															
31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																																																																														
<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>																																																																																																																																	
(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)																																																																																																																														
<b>Alíquota vigente</b>																																																																																																																																	
34%	34%	34%	34%																																																																																																																														
<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>																																																																																																																																	
<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>																																																																																																																														
<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>																																																																																																																																	
473	378	473	378																																																																																																																														
<b>Prejuízos fiscais</b>																																																																																																																																	
(1)	-	(1)	-																																																																																																																														
<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>																																																																																																																																	
17	-	17	-																																																																																																																														
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>																																																																																																																																	
19.648	20.736	-	-																																																																																																																														
<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>																																																																																																																																	
-	-	26.894	12.174																																																																																																																														
<b>Encargo fiscal</b>																																																																																																																																	
-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>																																																																																																																														
<b>Corrente</b>																																																																																																																																	
-	1	6.729	6.390																																																																																																																														
<b>Diferido</b>																																																																																																																																	
-	-	4.250	-																																																																																																																														
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>																																																																																																																														
<b>Alíquota efetiva</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b></td> </tr> <tr> <td>(59.225)</td> <td>(62.102)</td> <td>(48.246)</td> <td>(55.713)</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota vigente</b></td> </tr> <tr> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b></td> </tr> <tr> <td><b>(20.137)</b></td> <td><b>(21.115)</b></td> <td><b>(16.404)</b></td> <td><b>(18.942)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesas permanentes não dedutíveis</b></td> </tr> <tr> <td>473</td> <td>378</td> <td>473</td> <td>378</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízos fiscais</b></td> </tr> <tr> <td>(1)</td> <td>-</td> <td>(1)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b></td> </tr> <tr> <td>17</td> <td>-</td> <td>17</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Resultado de equivalência patrimonial</b></td> </tr> <tr> <td>19.648</td> <td>20.736</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>26.894</td> <td>12.174</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Encargo fiscal</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>(1)</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>(6.390)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Corrente</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>1</td> <td>6.729</td> <td>6.390</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>4.250</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesa de IRPJ e CSLL</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>6.390</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota efetiva</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>23%</b></td> <td><b>11%</b></td> </tr> </tbody> </table>										Controladora		Consolidado		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>				(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)	<b>Alíquota vigente</b>				34%	34%	34%	34%	<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>				<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>	<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>				473	378	473	378	<b>Prejuízos fiscais</b>				(1)	-	(1)	-	<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>				17	-	17	-	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>				19.648	20.736	-	-	<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>				-	-	26.894	12.174	<b>Encargo fiscal</b>				-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>	<b>Corrente</b>				-	1	6.729	6.390	<b>Diferido</b>				-	-	4.250	-	<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>				-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>	<b>Alíquota efetiva</b>				-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>								
Controladora		Consolidado																																																																																																																															
31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																																																																														
<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>																																																																																																																																	
(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)																																																																																																																														
<b>Alíquota vigente</b>																																																																																																																																	
34%	34%	34%	34%																																																																																																																														
<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>																																																																																																																																	
<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>																																																																																																																														
<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>																																																																																																																																	
473	378	473	378																																																																																																																														
<b>Prejuízos fiscais</b>																																																																																																																																	
(1)	-	(1)	-																																																																																																																														
<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>																																																																																																																																	
17	-	17	-																																																																																																																														
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>																																																																																																																																	
19.648	20.736	-	-																																																																																																																														
<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>																																																																																																																																	
-	-	26.894	12.174																																																																																																																														
<b>Encargo fiscal</b>																																																																																																																																	
-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>																																																																																																																														
<b>Corrente</b>																																																																																																																																	
-	1	6.729	6.390																																																																																																																														
<b>Diferido</b>																																																																																																																																	
-	-	4.250	-																																																																																																																														
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>																																																																																																																														
<b>Alíquota efetiva</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b></td> </tr> <tr> <td>(59.225)</td> <td>(62.102)</td> <td>(48.246)</td> <td>(55.713)</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota vigente</b></td> </tr> <tr> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b></td> </tr> <tr> <td><b>(20.137)</b></td> <td><b>(21.115)</b></td> <td><b>(16.404)</b></td> <td><b>(18.942)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesas permanentes não dedutíveis</b></td> </tr> <tr> <td>473</td> <td>378</td> <td>473</td> <td>378</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Prejuízos fiscais</b></td> </tr> <tr> <td>(1)</td> <td>-</td> <td>(1)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b></td> </tr> <tr> <td>17</td> <td>-</td> <td>17</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Resultado de equivalência patrimonial</b></td> </tr> <tr> <td>19.648</td> <td>20.736</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>26.894</td> <td>12.174</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Encargo fiscal</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>(1)</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>(6.390)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Corrente</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>1</td> <td>6.729</td> <td>6.390</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Diferido</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>4.250</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Despesa de IRPJ e CSLL</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>10.979</b></td> <td><b>6.390</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Alíquota efetiva</b></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td><b>23%</b></td> <td><b>11%</b></td> </tr> </tbody> </table>										Controladora		Consolidado		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>				(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)	<b>Alíquota vigente</b>				34%	34%	34%	34%	<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>				<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>	<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>				473	378	473	378	<b>Prejuízos fiscais</b>				(1)	-	(1)	-	<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>				17	-	17	-	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>				19.648	20.736	-	-	<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>				-	-	26.894	12.174	<b>Encargo fiscal</b>				-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>	<b>Corrente</b>				-	1	6.729	6.390	<b>Diferido</b>				-	-	4.250	-	<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>				-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>	<b>Alíquota efetiva</b>				-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>								
Controladora		Consolidado																																																																																																																															
31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																																																																														
<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>																																																																																																																																	
(59.225)	(62.102)	(48.246)	(55.713)																																																																																																																														
<b>Alíquota vigente</b>																																																																																																																																	
34%	34%	34%	34%																																																																																																																														
<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>																																																																																																																																	
<b>(20.137)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(16.404)</b>	<b>(18.942)</b>																																																																																																																														
<b>Despesas permanentes não dedutíveis</b>																																																																																																																																	
473	378	473	378																																																																																																																														
<b>Prejuízos fiscais</b>																																																																																																																																	
(1)	-	(1)	-																																																																																																																														
<b>Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído</b>																																																																																																																																	
17	-	17	-																																																																																																																														
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>																																																																																																																																	
19.648	20.736	-	-																																																																																																																														
<b>Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</b>																																																																																																																																	
-	-	26.894	12.174																																																																																																																														
<b>Encargo fiscal</b>																																																																																																																																	
-	(1)	<b>10.979</b>	<b>(6.390)</b>																																																																																																																														
<b>Corrente</b>																																																																																																																																	
-	1	6.729	6.390																																																																																																																														
<b>Diferido</b>																																																																																																																																	
-	-	4.250	-																																																																																																																														
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>10.979</b>	<b>6.390</b>																																																																																																																														
<b>Alíquota efetiva</b>																																																																																																																																	
-	-	<b>23%</b>	<b>11%</b>																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> </tr></thead></table>																																																																																																																																	

**Infraestrutura Brasil Holding V.S.A. e Controladas**

é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 14 de Abril de 2026

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Daniel A. da S. Fukumori**  
Contador  
CRC 1SP245014/O-2

## Publique no Data Mercantil!

*A decisão certa em todos os momentos.*



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.  
[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

Contato: (11) 3361-8833  
Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

# DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

